

o assinado para que produza seus efeitos legais.

✓  
✓  
✓

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período de Regulação do Sistema Municipal de Cobo Frio, realizada no dia 04 (quatro) de novembro do ano de 2003 (dois mil e três).

As dezesseis horas do dia 04 (quatro) de novembro do ano de 2003 (dois mil e três) sob a presidência do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Brandão e com a participação da assinatura conjunta pelo Vereador Hilso Rodrigues Bink, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cobo Frio para deliberar e responder a chamada regimental os seguintes assuntos: Allan Garcia da Silva, Amaury Valério Gomes Júnior, Luiz Fernando Arcanjo Filho, Emanuel Fernandes da Silva, José Eduardo Silva de Almada, Rangel Siqueira da Silva Filho, Paulo César da Silva Almada, Ricardo Ferreira da Fonseca, Rui Bachado de Sousa e Valery Rodrigo da Silva havendo número regimental e o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidos e aprovados os seguintes atos: Ata do Vigésima Terceira Sessão Ordinária do Segundo Período de Regulação e Ata do Vinte e Uma Sessão Extraordinária do Segundo Período de Regulação. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do número regimental solicitou ao Senhor Vereador Antônio a leitura do Expediente que constou dos seguintes: Ofício/GARRE - em nº 46/2003 - Prefeitura Municipal, assunto: Encaminha a Comissão nº 43/2003 e respectivo Projeto de Lei para aprovação do Plano Regulatório; Ofício nº 158/2003 - Luis Viscari de Sousa, assunto: Refere-se ao requerimento nº 157/2003 de autoria do Vereador Allan Garcia da Silva (P.L.) que solicita a implantação de um ponto de ônibus nas imediações da Ulmar, no Centro de Cobo Frio Ofício nº 180/2003 - Secretário Municipal de Saúde, assunto: Refere-se ao requerimento nº 152/2003 de autoria do Vereador Hilso Rodrigues da Silva, que solicita a reativação do Programa de Combate a Dengue Criador Paulo Ceale - Mourador. Relatório do UVB, assunto: Solicita que esta Câmara Municipal, a UVB - União dos Vereadores do Brasil, envie em anexo o rolamento de ônibus, modelo de Lei nº 029/2003 - Comissão nº 43/2003, assunto: Autoriza o Poder Executivo a conceder abono pecuniário aos servidores municipais, nos valores que me-

ção, Projeto de Resolução nº 059/2003 - Senador Amaury Valério assunto: Pontifício Titulo de  
 Cidadão Papoeyma ao Senhor Juan Luiz de Araujo; Projeto de Resolução nº 060/2003  
 de autoria do Senador Amaury Valério, assunto: Pontifício Titulo de Cidadão Papoeyma  
 à Senhora Maria Amélia Almeida, Assido, Resolução nº 159/2003 - Vereador Luiz Paulo  
 de Souza, assunto: Resolu ao Presidente do Sindicato de Informadores Nacionais  
 de Janeiro - Fundação LIDE com sede no Rio de Janeiro, a realização de indicadores  
 demográficos no Bairro São do Rio, 1º Distrito de São Paulo, Resolução nº 164/2003 de  
 vereador Eunice Sobrinho, assunto: Requer a imolação, no âmbito desta Casa, de São João de  
 Ipiranga comemorativa ao Dia Nacional da Alimentação Sã, Indicação nº 380/2003 - Vere-  
 ador Luiz Pacheco de Sousa, assunto: Solução ao Sr: Senhor Prefeito Municipal o encio  
 de quanta em local estratégico, a presença de umidade de Guarda florestal e preservação  
 e acompanhamento da área de reserva ambiental do Lago do Peço, pela Secretaria  
 Municipal de Meio Ambiente; Indicação nº 381/2003 - Vereador Amaury Valério Thomaz  
 Lima, assunto: Indica ao Sr: Senhor Prefeito Municipal que seja criado o prêmio de  
 comunicação "Cidade de São João". Simulado o futuro do expediente, o Senhor Vereador  
 se pronunciou a Indicação aos Vereadores presentes. Deputou a Indicação como primeira medida im-  
 portante, o Vereador Luiz Paulo de Souza, que após os cumprimentos de praxe, discorreu sobre a importância  
 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João de Ipiranga, destacando que o mesmo  
 assinala a importância de sua cidade como uma forma de resgate da dívida histórica  
 do Brasil com o povo africano e conseqüentemente com os afro-descendentes. O Sr: Vereador  
 enfatizou que o resgate de toda educação brasileira se modificava na medida em que me-  
 dava a realidade da população negra, visto que a história cultural e o desenvolvimento  
 socio-econômico estavam ligados na participação negra do país. Inquirindo, disse  
 que os negros não precisavam ficar relegados a mesma posição de período escravidão,  
 mas, deviam assumir a postura de cidadãos brasileiros continuando, en-  
 gajando-se ao Vereador Sr: Eduardo de Souza que o mesmo, no mesmo sentido, legisla-  
 dor, que honrou quanto a quantidade de homens negros que deixaram de ocupar posições de de-  
 sapar no medicina, no direito e em diversos segmentos sociais, em decorrência  
 da discriminação racial e racial que apenas permitia que os negros ocupassem pos-  
 ções de subordinados. O Sr: Vereador, filho de sua orgulho em ter nascido no Município  
 de São João de Ipiranga, que vinha demonstrando compromisso com a humanização da realidade bra-  
 sileira. Adiante, disse que os líderes do movimento negro acabavam beneficiando to-  
 da a população, visto que mesmo as pessoas de pele moreninha sofriam também  
 com os males sociais. Inquirindo, lembrou sobre o requerimento de sua cida-  
 de em uma reunião da Câmara discorreu sobre o imolação no dia 20 de novembro.

de São comemorativa ao dia Nacional da Comunidade Negra, dia em que dual-  
mente era comemorado na cidade do Rio de Janeiro feriado nacional. O requer, ex-  
minto sobre a falta de diversidade na Universidade, ressaltando que o mesmo ainda  
hincupando após dois anos do Conselho para o ingresso em Universidades,  
é mais, disse que no dia 05 de novembro estaria em Brasília no Ministério  
da Educação avaliando a continuidade daquele projeto que visava integrar  
mais 75 afro-descendentes no contexto Universitário, destacando que a iniciativa  
consegue ter sido o mediador de tão importante acontecimento. O requer, solicitou  
aos órgãos vivos que possuíam suas palavras em relação ao seu requeri-  
mento. Para que no dia 30 de novembro, o Diário da Câmara Municipal seria  
publicado em dois dias e assim, sendo dado o tom democrático, da participa-  
ção e da atividade da Câmara Municipal de Cabo Frio, pois, o resto do  
Brasil tinha muitos olhos, era imprescindível que tais olhos estivessem presen-  
tes nos transformações que não poderiam acontecer apenas nos espaços dominantes,  
no que entrava xix, fala. Não havendo mais verdadeiros motivos para o uso da  
tribuna o Senhor Presidente concluiu os trabalhos para o Ordem do Dia. Neste  
diálogo, foi aprovada parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos  
quatro projetos: Projeto de Lei nº 086/2003 - Remoção nº 42/2003, assunto: Autori-  
zação o Poder Executivo a conceder subsídio social à Associação de Surf de Ca-  
bo Frio - ASCF no valor que menciona, de imediato, foi aprovado o requerimento  
de Urgência nº 163/2003 para que as Comissões Técnicas emitam parecer em  
conjunto no projeto de Lei em referência, Projeto de Resolução nº 048/2003 - Vere-  
dor Emanuel Fernando, assunto: Revogar o Artigo 21, item 4, e o Artigo 22,  
parágrafo 4, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cabo Frio e Projeto de  
Resolução nº 049/2003 - Vereador Emanuel Fernando, assunto: Era, nos Artigos 21  
e 22 do Regimento Interno, a Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso e sua  
competência, o requer, sobre projetos em evidência foram encaminhados para a  
Comissão de Urbanismo e Serviços Públicos. O requer, foram aprovados os requerimen-  
tos de Urgência nº 165, 161 e 160/2003 para que as Comissões Técnicas emitam  
parecer em conjunto nos respectivos projetos: Projeto de Lei nº 084/2003 - Remo-  
ção nº 43/2003, assunto: Autorizar o Poder Executivo a conceder abono pecuniário  
aos servidores municipais nas situações que menciona. Projeto de Resolução nº 054/  
2003 - Vereador Amaury Valério, assunto: Pontaria Vítulo de Lacerda Cabofriense e o  
Senhor Ivan Luiz de Lacerda e Projeto de Resolução nº 060/2003 - Vereador Amaury  
Valério, assunto: Pontaria Vítulo de Lacerda Cabofriense e Senhora Maria Amélia Maria

do Estado. A seguir, foram aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 1591/2003 - Vireador Rui Buchardo de Faria, assunto: requerer ao Presidente da Fundação Pinto de Informaçõs e Dados do Rio de Janeiro - Fundação EPGE, com sede no Rio de Janeiro a realização de indicadores demográficos no bairro Sítio do Paraíso, 1ª Distrito de Cubo Frio, requerimento nº 164/2003 - Vireador Manoel Fialho, assunto: requerer a instalação, no Município de São Paulo, de Praça Solene comemorativa ao Dia Nacional de Formatura de Gra, e os seguintes Indicações: Indicação nº 380/2003 - Vireador Rui Buchardo de Faria, assunto: Solicita ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal a criação de Quarta em local histórico, a presença diuturna de Guarda Florestal e acompanhamento do área de reserva ambiental, do Recip do Lixo, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Indicações nº 381/2003 - Vireador Amaury Valério Thomaz Júnior, assunto: Indica ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal que seja criado o prêmio de comunicação "Cidade de Cubo Frio". A seguir, arquivando "Cartão de Ordem" com relação a Indicação 381/2003 disse o Vireador Amaury Valério - "Senhor Vireador, quando o Senhor faz a educação... a primeira coisa eu não me preocupo em dizer o meu nome na tribuna, estou preocupado em dizer o nome do deputado. Eu não estou aqui para dizer meu nome onde quer que seja, absolutamente. Entendo o que o Senhor quis dizer quando se trata do requerimento. A questão de ser um projeto de resolução, o regulamento nesta indicação, os estatutos... nem o deputado, nem o executivo interferem na escolha. Quando o Senhor lê o regulamento, o Senhor verá que nenhum voto a não ser o de posse listas que virou do PSD que virou de Juntos grandes do Rio de Janeiro que virou julgar os trabalhos. Não haverá nenhuma ingerência, do deputado ou do executivo. Não será o Prefeito que elegerá a quem premiar. Seremos um júri com um voto proporcional a imprensa, cadastrado, requerido que virou a Cubo Frio para fazer isso. É evidentemente em relação ao que fala o Vireador Manoel Fialho, e não temos que provar ou não, se a imprensa está ou não atrelada ao Poder. É quando ao outro Vireador da oposição que também dizia que a imprensa estava atrelada, a murrada de uma ditadura, os mesmo também tem uma coluna em um jornal e o Poder de se expressar. A imprensa de Cubo Frio sabe muito bem de sua responsabilidade e ao emitir este prêmio é pura e totalmente profissionalizar. É para fazer com que o Senhor Lê, o Senhor Pedro, ou quem quer que seja, Prefeito, ou esteja aqui com Vireador influir num prêmio que deve ser independente. A imprensa de Cubo Frio tem uma de tudo a responsabilidade com o cidadão. E nos não tivemos fatos de culpa dos por que é que não se procura saber com os dados de rádio e não com os procedimentos". Também arquivando "Cartão de Ordem" o Vireador Manoel Fialho que disse: "A

nhor Presidente, eu acho que no processo dessa votação aqui precisa trazer alguns esclarecimentos no que tange a metodologia legislativa. Eu entendo a questão de ser apresentada uma Indicação, na medida em que me parece que o Projeto dos Prêmios não ser oficial da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, e deve naturalmente gerar dúvida. O que não caberia a um Projeto de Resolução porque o Câmara tem que aprovar os despesas, o que me parece que falou dizer na sua Indicação, que o Projeto encerra através de decisão ou encerra uma despesa e Câmara encerrando o prêmio então na verdade o procedimento Senhor Renato Secretário, ele está correto na medida em que ele faz uma Indicação para que então o Prefeito Municipal transforme numa Resolução, em Projeto de Lei que não caberia uma Resolução da Câmara. Terminado o Delib do Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para a Explicação Pessoal. Depois o tribuna em Explicação Pessoal e Virada pelas seguintes Bontes, que inicialmente agradeceu o investimento feito pelo Prefeito Alair Porcira no dia do Evangelho, destacando que tal Projeto havia dificuldade para ser aprovado em virtude de muitos não o levavam a sério, mas que foi possível em decorrência de sua insistência. Adiante, falou de sua alegria de ver reunidos na casa de São Cristóvão tanto Evangelhos levando a Deus, ressaltando que era seu desejo que o Conselho de Pastores chegarem à frente das dificuldades na próxima oportunidade. Agradeceu também aos Nobres Regis e disse que tal Projeto não tinha dono, era de um bem de todo povo cabofriense. Responderde, repeteu a ocasião de sua primeira sessão na Câmara Municipal de Cabo Frio e que fora colocado em situação embaraçosa pelo então Vereador Beto Menezes, em virtude de sua inexperience política, lembrando que o Vereador Beto Rocha aconselhou-o para que uma vez integrante do legislativo tivesse de zelar ao que não comenteu a seguir, quanto ao reconhecimento das ações políticas que nem sempre eram atribuídas justamente ao respectivo autor, mas, que gradativamente o legislador viu se transformando em um ambiente humilhante e hipócrita, no que encerra sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Emanuel Fernandes, que inicialmente registrou a presença do Presidente do Partido Social Cristão Wellington Barros, bem como os membros do partido: Arnaldo, Cabiano e Ivan. A seguir, comentou sobre reunião naquela data com representantes do Bojo de Bomboneiro e embarcações turísticas de Cabo Frio, destacando que era autor de Projeto de Lei que obrigava a colocação de guarda-vidas em todos os embarcações turísticas do Município, com intuito de oferecer segurança aos usuários. Disse que em tal reunião fora discutido o número de guarda-vidas que deveria ser estabelecido para cada grupo de pessoas e para embarcações

que o melhor seria formular novo projeto de lei, visto que o existente rezava que a quantidade deveria ser um quarto de vida para cada 15 pessoas. Consequente, discorreu sobre o título de liberdade de sua gestoria que aprovado, possibilitava a extinção de Comissões Permanente de Defesa do Idoso, bem como o Conselho Tutelar também de sua autoria, que utilizaria a política de amparo e proteção da "melhor idade" o que tornava Rubo Faria a grande promotor em tais áreas. Continuando, falou de sua honra em representar o Câmara Municipal de Dubo Faria nos dias hoje e quatorze do corrente mês no Senado Federal, por não receber condecoração por lutar a mesma entre as câmaras mais antigas do país, no que entrou sua fala. E requer, ocupe a tribuna o Vereador Amaury Salgueiro Thomaz Júnior, que após as saudações de praxe, discorreu sobre as atividades da imprensa no Município e no país, sublinhando que o Vereador de oposição tinha também uma tribuna no Brasil na qual democraticamente poderia dizer o que quizesse. E mais, disse que a imprensa tinha ainda características de ditadura e que todos deveriam conhecer quem eram os donos dos veículos de comunicação e que poderia ser facilmente consultado através do Ministério das Comunicações. Disse que existe arbitrariedade na distribuição dos meios de comunicação, mas, que nenhum deles era amoldado por quem quer que fosse. E ainda, disse que os profissionais não eram donos de rádio, logo, não tinham domínio sobre os materiais publicados. Disse ainda, que a imprensa era considerada o quarto poder e assim, todos deveriam se sustentar com a imprensa livre que deveria ser usada em benefício da coletividade. Agradeceu aos Sócios Pares a concessão do nome indicado por ele para o recebimento do título de Cidadão Laborense, no que entrou sua fala. E requer, ocupe a tribuna em expressão verbal, o Senador Paulo Pizar da Silva Almeida, que inicialmente precedeu as saudações de praxe. E requer, discorreu sobre a liberdade de expressão, destacando que a Tribuna do distrito havia sido o local onde a mesma era exercitada. Adiante, disse que ao se referir a imprensa, referiu-se aos proprietários e não aos profissionais que apenas acabavam a um processo de programação que deveria ser cumprido. Continuando, fez críticas aos órgãos de comunicação local que deixavam de informar e orientar a população enfatizando que alguns veículos de comunicação locais eram financiados pelo Executivo Municipal com o dinheiro do contribuinte. Disse ainda, que caso como o folheto e Jornal Guia foram noticiados pelo mídia nacional, porém, no Município nada fora publicado o que era comum na cidade. Ainda, disse que o caso do ex. Refugiado que fora preso também não fora divulgado, bem como os casos em que envolviam integrantes do Governo. Disse a requer, que donos de jornais locais recebem amicus dependendo do tipo de matéria e se publicada e que a liberdade de imprensa segundo

seu entendimento, somente poderia ser revivendo em um ano e dois meses quando então acontecia as próximas eleições, no que encerra sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus, marcando Sessão Extraordinária para dentro de dez minutos. E, para constar mandei que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada Minuto, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Julgo 7  
[Assinatura]

Ata do décimo sétimo Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Povo Novo, realizada no dia 04 (quatro) de novembro de ano de 2003 (dois mil e três).

Os vinte horas do dia 04 (quatro) de novembro do ano de 2003 (dois mil e três) sob a Presidência do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Mendade e com a ocupação da Presidência pelo Vereador Hilas Rodrigues Pinho, reuniram-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Povo Novo. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Altairi Queiroz do Silva, Amaury Valério Thomas Júnior, Luiz Benedito Argento Filho, Manoel Fernandes Freire do Silva, José Eduardo Silva de Almeida, Manoel Gustavo do Silva Filho, Paulo César do Silva Almeida, Ricardo Lima da Fonseca, Rui Pacheco de Sousa e Hilas Rodrigues do Silva. Iniciando número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E, depois, foi aprovada a pauta regimental em conformidade das Comissões Técnicas nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 086/2003 - Anexação nº 42/2003, assunto: Autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio anual à Associação de Juri de Povo Novo - ABEJ no valor que menciona, nº 087 de Lei nº 089/2003 - Anexação nº 43/2003, assunto: Autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio mensal aos servidores Municipais nos valores que menciona, Projeto de Resolução nº 059/2003 - Anexação Amaury Valério, assunto: Confere título de Redução Laboral ao Senhor Jean Luiz de Araújo e Projeto de Resolução nº 060/2003 - Anexação Amaury Valério, assunto: Confere título de Redução Laboral ao Senhor Paulo Amílcar Almeida Estelito, declarando o valor, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus e para constar mandei que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada Minuto, aprovada, e